

**A CHINA  
DEPOIS  
DE MAO**



FRANK DIKÖTTER



# A CHINA DEPOIS DE MAO

A ASCENSÃO DE UMA  
SUPERPOTÊNCIA

Tradução de  
Paulo Tavares e Sara M. Felício

TEMAS E DEBATES



# Sumário

	<i>Prefácio</i>	vii
	<i>Mapa</i>	xx
1.	De Um Ditador para Outro	1
	<small>(1976-1979)</small>	
2.	Contenção	41
	<small>(1979-1982)</small>	
3.	Reforma	67
	<small>(1982-1984)</small>	
4.	Sobre Pessoas e Preços	103
	<small>(1984-1988)</small>	
5.	O Massacre	135
	<small>(1989)</small>	
6.	Período Decisivo	173
	<small>(1989-1991)</small>	
7.	Ferramentas Capitalistas em Mãos Socialistas	213
	<small>(1992-1996)</small>	
8.	Grande É Belo	247
	<small>(1997-2001)</small>	
9.	Rumo ao Global	287
	<small>(2001-2008)</small>	
10.	Arrogância	329
	<small>(2008-2012)</small>	
	Epílogo	353
	<i>Notas</i>	365
	<i>Bibliografia Seleccionada</i>	407
	<i>Agradecimentos</i>	417
	<i>Índice Remissivo</i>	419



## Prefácio

No verão de 1985, quando *Regresso ao Futuro* se tornou o maior êxito de bilheteiras do ano, parti para estudar mandarim na China como aluno da Universidade de Genebra, na Suíça. O ministro dos Negócios Estrangeiros chinês destinou-me à Universidade de Nankai, em Tianjin, uma grande metrópole costeira perto de Pequim com uma população de cinco milhões de habitantes (atualmente, este número triplicou). Fui de avião até Hong Kong, onde cruzei a fronteira, demorando depois uma semana de viagem de comboio para norte e fazendo amigos pelo caminho. Um deles, não se lembrando mais tarde do meu apelido, enviou-me um postal dirigido a «Frank da Holanda, Tianjin, China». Os correios não tiveram dificuldades em me localizar, uma vez que só existiam oitenta estrangeiros na cidade, entre os quais sete holandeses e um Frank.

À imagem de todas as grandes cidades, Tianjin possuía uma rede de amplas avenidas, construídas na década de 1950 com a ajuda de especialistas soviéticos. Não havia engarrafamentos: existiam menos de vinte mil veículos particulares nesta nação com mais de mil milhões de pessoas. No entanto, em ciclovias laterais, separadas dos autocarros, dos camiões e dos carros esporádicos, seguiam a caminho e de regresso do trabalho multidões compactas que pedalavam em silêncio. Como se levantavam de madrugada e voltavam a casa antes do anoitecer, a cidade ficava deserta às nove da noite. Por vezes, tinha as seis faixas de rodagem só para mim, com os

candeeiros de rua a projetarem uma luz fraca sobre a minha bicicleta no escuro.

Em outubro de 2019, regressei à Universidade de Nankai por ocasião da celebração do seu centenário. Tianjin parecia transformada, exibindo uma linha do horizonte composta por arranha-céus cintilantes e uma enorme periferia urbana com uma aparentemente infundável aglomeração de edifícios de apartamentos e parques de escritórios, alguns já terminados, outros ainda em construção.

Num dia claro, onde quer que estivéssemos, era possível ver o Centro Financeiro de Tianjin a elevar-se no céu a quase seiscentos metros de altura e os seus vidros a refletirem a luz do sol como uma gigantesca torre de cristal. Todavia, as aparências podem ser enganadoras. Os meus antigos professores e os seus sucessores viviam nos mesmos prédios de betão pobres, com vasos de flores amontoados em varandas poeirentas e corredores atravancados com bicicletas em mau estado que eram usadas para circular pelo recinto da universidade. Havia, porém, uma diferença, segundo me contaram: os filhos da maioria dos professores estavam agora nos Estados Unidos.

Há alguns anos, a República Popular da China comemorou oficialmente quatro décadas de «Reforma e Abertura», o nome dado ao programa de reformas económicas iniciado por Deng Xiaoping em dezembro de 1978. A transformação de um país isolado e às voltas com o caos da Revolução Cultural na segunda maior economia do mundo é invariavelmente aclamada como um milagre. O título de um tomo académico — *Como Foi Criado o Milagre* — resume bem a visão dominante. Um motivo de preocupação para alguns especialistas, pelos vistos, não é se houve de facto um milagre, mas se este poderá ter chegado ao fim.

Em todo o caso, como poderão os especialistas confirmá-lo? Há trinta e cinco anos, depois de me ter mudado para o meu dormitório, reparei que muitos estudantes estrangeiros passavam uma parte substancial do tempo a especular sobre o que estava a acontecer em Pequim. Alguns deles tornaram-se observadores da China, recorrendo a técnicas inspiradas nas dos observadores do Kremlin: a falta

de informação fidedigna forçava-os a escrutinar os mais abstrusos sinais em busca de pistas sobre o Zhognanhai — o quartel-general do partido junto à Cidade Proibida, em Pequim —, desde a posição de cada dirigente na tribuna quando se realizavam desfiles militares na Praça de Tiananmen e a disposição dos artigos noticiosos no *Diário do Povo* até à frequência de certas expressões na rádio. Quanto a mim, mostrei-me cético e preferi estudar o passado.

Na realidade, continuo cético. Ao contrário do que se poderia razoavelmente esperar ao fim de quarenta anos de «Reforma e Abertura», a situação não é muito diferente hoje em dia. Há alguns anos, Li Keqiang, o atual primeiro-ministro chinês, considerou os números da produção interna do país «artificiais e, por isso, inexatos». Os especialistas, naturalmente, estão a par deste aspeto e tentam encontrar formas para o contornar. Existe, por exemplo, um «índice de Li Keqiang», que foi usado pelo próprio primeiro-ministro para monitorizar o desempenho económico pelo escrutínio do consumo total de eletricidade. Não obstante, continua a ser verdade que aquilo que sabemos é muito pouco. Como James Palmer, um dos observadores da China, disse recentemente, «Ninguém Sabe nada sobre a China: Incluindo o Governo Chinês»<sup>1</sup>. Todas as informações são duvidosas, parciais ou distorcidas. Não sabemos qual é a verdadeira dimensão da economia, porque nenhum poder local apresenta números precisos, e não conhecemos a extensão do crédito malparado, porque os bancos o ocultam. Todos os bons investigadores têm em mente uma variação do paradoxo socrático: sei que nada sei. Contudo, no que diz respeito à China, nem sequer sabemos exatamente o que não sabemos.

Diante da entrada norte da Universidade de Nankai, no outro lado de uma estrada de oito faixas congestionadas, um grande edifício cavernoso guardado por jovens soldados alberga os Arquivos Municipais de Tianjin. O acesso a estes arquivos teria sido impensável quando eu era ainda estudante. Mas, em 1996, a lei que regulamentava tal acesso foi alterada e uma quantidade cada vez maior de documentos desclassificados foi sendo gradualmente disponibilizada a historiadores profissionais munidos de cartas de recomendação.

Embora a informação mais sensível tivesse permanecido guardada a sete chaves nas profundezas dos cofres dos arquivos, a verdade é que, pela primeira vez, os investigadores puderam mergulhar na noite escura da era maoísta.

Com efeito, passei uma década a examinar milhares de registos do partido, percorrendo toda a extensão do país, desde a subtropical Guangdong até à pobre e árida Gansu, uma província perto dos desertos da Mongólia. Dentro de pastas amarelas, rabiscadas à mão ou bem dactilografadas à máquina, encontravam-se minutas secretas de importantes reuniões do partido, investigações decorrentes de casos de assassinio em massa, confissões de dirigentes responsáveis pela inanição de milhões de aldeões, relatórios sobre a resistência nas zonas rurais, inquéritos de opinião confidenciais, cartas de reclamação escritas por cidadãos comuns e muitos outros documentos. Escrevi três livros, conhecidos como «Trilogia do Povo», sobre o destino dos cidadãos comuns sob a chefia de Mao.

O sentido de oportunidade revelou-se favorável. Depois de Xi Jinping ter ascendido ao poder, em novembro de 2012, os arquivos começaram a ser novamente encerrados. Vastos conjuntos de documentos sobre a Grande Fome de Mao e a Revolução Cultural foram desde então reclassificados. Mas, paradoxalmente, os anos mais recentes têm sido um bom período para explorar as décadas de «Reforma e Abertura». Durante largos anos, foi dito ao povo chinês — e a todos os arquivistas do país — que ocorreu um verdadeiro milagre económico depois de 1978, o qual deixou os capitalistas estrangeiros estupefactos. Há uma nuvem negra a pairar sobre a era de Mao, mas que se dissipa mal o termo «reforma económica» é invocado. Agora, pela primeira vez, podemos realmente usar as provas produzidas pelo Partido Comunista para examinar a história do próprio partido desde 1976.

Todas as democracias têm uma série de regras e regulamentos que determinam o tipo de documentos oficiais que podem ser desclassificados e o momento em que estes devem ser disponibilizados para consulta pública. Em teoria, a maioria obedece a uma regra de trinta anos. Em Inglaterra, por exemplo, o Natal é também a altura

em que os leitores dos Arquivos Nacionais, situados em Kew, esperam ansiosamente pelo último conjunto de material desclassificado por ordem do primeiro-ministro ou do MI5. Na prática, porém, os órgãos governamentais recorrem, um pouco por todo o mundo, a uma variedade de exceções para evitar que milhões de documentos sejam alvo de escrutínio.

Na República Popular da China, a lei também segue a regra dos trinta anos, pelo que os leitores, em princípio, poderão consultar documentos elaborados até 1992. No entanto, a China não é uma democracia, é uma ditadura. E a forma como as regras são aplicadas é, com frequência, ditada a nível local. Em resultado disso, o acesso varia consoante os lugares. Em alguns arquivos, nenhum forasteiro passará alguma vez da guarita junto à entrada principal, sendo até um inofensivo recorte de jornal tratado como segredo de Estado, enquanto noutros todos os documentos anteriores a 1949, ano em que os comunistas alcançaram a vitória, são considerados interditos. Por outro lado, em várias zonas deste país do tamanho de um continente, alguns arquivos estão surpreendentemente abertos ao público. De vez em quando, um dos arquivos locais permite a alguns dos seus leitores a análise de uma vasta seleção de material essencial cuja data se estende até 2009, muito para lá da regra dos trinta anos.

O meu relato baseia-se em cerca de seiscentos documentos consultados numa dúzia de arquivos municipais e provinciais, mas recorre também a fontes primárias mais convencionais, desde notícias de jornais a livros de memórias não publicados. Em lugar de destaque entre estas fontes encontram-se os diários secretos de Li Rui, que se tornou secretário pessoal de Mao, passou vinte anos na prisão por ter mencionado a grande fome em 1959 e foi convidado para integrar o Comité Central alguns anos depois da morte do Presidente, ocorrida em 1976. Durante muitos anos, foi vice-diretor do Departamento de Organização («Orgburo», em linguagem soviética), ramo do partido responsável por investigar e nomear membros do partido em todos os níveis governamentais. Li Rui tornou-se um verdadeiro democrata, tendo observado o sistema do interior, mas,

em 2004, foi proibido de escrever com o intuito de publicar. Não obstante, os seus diários abarcam um período que se estende até 2012, descrevendo em pormenor as conversas que teve com os membros superiores do partido. Os historiadores, naturalmente, avançam com a ajuda não só de provas, mas também de um sentido de perspetiva: quando tanto as primeiras como o segundo se tornam insuficientes, é aconselhável dar um passo atrás e deixar que outros continuem a história. Situo esse momento em 2012, quando Li Riu fecha o seu diário e Xi Jinping entra em cena.

Uma profusão de dados até agora indisponíveis permite-nos testar algumas das presunções sobre a era da «Reforma e Abertura». Durante décadas, um grupo variado de políticos, empresários e especialistas estrangeiros foi-nos transmitindo que a República Popular estava a caminho de se transformar num interveniente responsável, possivelmente até numa democracia vencedora. Era seguro afirmar que, tal como a carroça segue o boi, a reforma política viria atrás da reforma económica. Mas nenhum dirigente, em momento algum, se pronunciou em defesa da separação de poderes. Pelo contrário, a manutenção de um monopólio tem sido repetidamente definida como o objetivo esmagador da reforma económica. Atentemos nas palavras de Zhao Ziyang, venerado até hoje como a figura mais promissora dentro da máquina partidária, proferidas em outubro de 1987, num congresso do partido: «Nunca copiaremos a separação de poderes e o sistema multipartidário do Ocidente.» Alguns meses antes, Zhao Ziyang explicara a Erich Honecker, o governante da Alemanha Oriental, que o povo chinês, mal constatasse a melhoria dos seus padrões de vida, reconheceria a superioridade do socialismo. E depois, acrescentou ele, «poderemos reduzir cada vez mais o alcance da liberalização». Os dirigentes posteriores repetiram sucessivas vezes a mesma mensagem. Em 2018, Xi Jinping deixou o aviso: «A China não deverá nunca copiar os outros países», sobretudo quanto à «independência judicial» e à «separação de poderes» do Ocidente<sup>2</sup>.

Ao longo dos últimos dois ou três anos, um grande número de observadores tem, com algum atraso, mudado de opinião, deixando de prever um Partido Comunista da China a avançar com firmeza

rumo à democracia. Todavia, muitos deles ainda acreditam que, no passado, existiu uma verdadeira reforma económica com uma transição concertada do sistema para o mercado, da propriedade pública para o sector privado. Ainda assim, e apesar da propaganda levada a cabo por Pequim, devemos questionar-nos sobre se a expressão «reforma económica» é correta. Até agora, apenas assistimos a meros arranjos numa economia planificada. Como explicar de outra forma que o partido insista em Planos Quinquenais? Para sermos mais específicos, desde 1976 até aos nossos dias, o partido continuou a conservar a propriedade de toda a indústria e das maiores empresas. As terras, os bancos e muitos recursos de matérias-primas pertencem ao Estado, detendo este também, direta ou indiretamente, os principais sectores de atividade. Em linguagem marxista clássica, os «meios de produção» continuam nas mãos do partido. Uma economia em que os meios de produção são dominados pelo Estado é normalmente descrita como uma economia socialista.

Depois de 1989, nem por uma vez terão os responsáveis do partido considerado abrir a economia a uma verdadeira concorrência no mercado. A razão é simples: sabiam que, mal o fizessem, a economia colapsaria. Os registos mostram que, em muitas circunstâncias, se esforçaram ao máximo para restringir o sector privado e, em seu lugar, expandiram as empresas estatais. De facto, acreditam firmemente na superioridade do sistema socialista, como o comprovam inúmeras declarações em público e em privado. Quando, em 1980, um conjunto de povoações de Shenzhen, junto à fronteira com Hong Kong, foi transformado na primeira Zona Económica Especial do país, Zhao Ziyang veio clarificar: «O que estamos a criar são zonas económicas especiais, não zonas políticas especiais. Devemos proteger o socialismo e resistir ao capitalismo.»<sup>3</sup>

Passadas quatro décadas, 95 por cento das cem principais empresas privadas pertencem a atuais ou antigos membros do partido. O capitalismo tem que ver com o capital: o dinheiro é um bem económico sujeito a regras relacionadas com as taxas de rentabilidade e as margens de lucro. Contudo, na China, o capital continuou a ser um bem político, com os bancos estatais a distribuírem-no pelas

empresas detidas direta ou indiretamente pelo Estado para alcançarem objetivos políticos. Um mercado, além do mais, assenta predominantemente na troca de bens entre indivíduos. Como poderá a propriedade destes bens ser protegida sem um sistema judicial independente, baseado na separação de poderes? Há anos que os críticos denunciam, enquanto os admiradores aplaudem, a suposta «transição» rumo ao «capitalismo» na República Popular. No entanto, se este livro prova alguma coisa é que, sem uma reforma política, a reforma do mercado não pode existir. A discussão sobre se o comércio pode ou deve ser «livre» passa ao lado da questão central, nomeadamente que um mercado sem o Estado de direito, apoiado por um sistema judicial independente e uma imprensa livre e aberta, não é, em última análise, um verdadeiro mercado. Não existe liberdade económica sem liberdade política. A política determina a natureza da economia, não o contrário. A política tem que ver com o poder e o que fazer com ele: deverá ser repartido entre diferentes instituições, com fiscalizações e equilíbrios, uma sociedade civil cada vez mais complexa e meios de comunicação independentes para impedir os abusos ou deverá ficar concentrada nas mãos de um indivíduo ou de um único partido? O primeiro cenário é considerado uma «democracia»; o segundo, uma «ditadura».

As ditaduras, como as democracias, não estão congeladas no tempo. Com efeito, adaptam-se constantemente a um mundo em mudança. Moçambique, por exemplo, decidiu procurar um restabelecimento de relações com o Ocidente em 1982, descentralizando a sua economia um ano mais tarde e permitindo que a agricultura familiar prosperasse, em vez das explorações rurais do Estado. As empresas multinacionais foram convidadas a desenvolver empreendimentos conjuntos ou a firmar contratos com o governo. Samora Machel, um socialista na tradição do marxismo-leninismo que, em 1975, conduziu o seu país à independência, converteu-se num promotor de Moçambique com a mesma energia que o transformara num chefe de guerrilha bem-sucedido. Machel atraiu e acolheu executivos de empresas de todo o mundo, oferecendo negócios lucrativos que tinham por base mão de obra barata e sem direito à greve. O caso de

Moçambique não foi único. Inúmeras ditaduras, desde Daomé (atual Benim) até à Síria, fizeram uma aposta semelhante: para evitarem o colapso económico, arriscaram que as parcelas agrícolas privadas, os pequenos empreendimentos urbanos e a participação estrangeira não minariam o seu domínio político. Barry Rubin, que descreveu estes regimes em grande detalhe, apelidou-os de «ditadores modernos». São regimes que apresentam uma grande variedade de «ditadores», geralmente vistos em contraste com outra subcategoria, nomeadamente a dos «ditadores tradicionais»<sup>4</sup>.

Diz-se, por vezes, que a eficiência do Estado é mais importante do que o seu dever de prestar contas. Trata-se de um pressuposto dúbio. Em vez de uma metódica entrega do poder, aquilo que observamos na República Popular é o implacável apunhalar pelas costas e a luta pelo poder entre fações em constante mutação. A maioria dos dirigentes do país não entende sequer o básico de economia, focando-se quase obsessivamente num único número — o do crescimento —, muitas vezes às custas do desenvolvimento. O resultado é o desperdício a uma assombrosa escala. Não é invulgar, por exemplo, que os empreendimentos estatais subtraíam valor, ou seja, que as matérias-primas que utilizam valham mais do que os bens que produzem. Acima de tudo, de modo algo paradoxal, um Estado de partido único não dispõe dos instrumentos para dominar a economia. As decisões são tomadas pelos governos locais, frequentemente sem consideração pelo bem maior, quanto mais pelas orientações emanadas por Pequim.

É possível afirmar que o país se abriu durante a era da «Reforma e Abertura»? Em comparação com a Revolução Cultural, sem dúvida; mas, em relação ao resto do mundo, quase nada. O que o regime construiu nas últimas quatro décadas foi um sistema bastante isolado, capaz de separar o país das outras nações. «Abertura» significa que existe circulação de pessoas, ideias, bens e capital. No entanto, o Estado domina todos estes fluxos e, com frequência, permite-os apenas numa direção. Milhões de pessoas podem sair, viver e trabalhar no resto do mundo, mas muito poucos estrangeiros se podem mudar para território chinês. Após quarenta

anos de «Reforma e Abertura», a China tinha menos de um milhão de residentes estrangeiros, ou cerca de 0,07 por cento da sua população total, a proporção mais baixa entre todas as nações, menos de metade da registada na Coreia do Norte. (O Japão, muitas vezes criticado como país «xenófobo», tem 2,8 por cento). Os produtos acabados podem sair da China em quantidades fenomenais, mas, na realidade, relativamente poucos podem entrar. Hoje em dia, um quinto da humanidade pode ver, por ano, 36 filmes estrangeiros sancionados pelo Estado. O capital pode entrar, mas é difícil extraí-lo, uma vez que é acumulado por um regime que impõe acentuados controlos de capitais. Desde 1976, como os arquivos revelam em muito maior detalhe, foram implementados inúmeros regulamentos, regras, sanções, bónus, deduções, subsídios e incentivos para criar aquele que, muito provavelmente, é o campo de atuação mais desnivelado da história moderna.

Não há dúvida de que existiu um verdadeiro crescimento económico. Como poderia ser de outra forma quando um país emerge de décadas de catástrofes provocadas pelo homem? Todavia, em junho de 2020, foi uma revelação para muitos observadores Li Keqiang, o mesmo do «índice de Li Keqiang», ter dito num aparte que, num país onde até nas zonas rurais o custo de vida é proibitivo, cerca de 600 milhões de pessoas tinham de se governar com menos de 140 dólares por mês<sup>5</sup>. Na verdade, nada é como parece ser. A extraordinária frugalidade entre os cidadãos comuns e a riqueza extravagante detida pelo Estado coexistem. Quando os membros do partido trabalham para o Estado, o empregador paga-lhes a casa, o carro, a escola dos filhos, as viagens ao estrangeiro e muito mais. Os cidadãos comuns, em contrapartida, não têm tido outra alternativa senão depositar as suas poupanças em bancos estatais. O Estado utiliza estes depósitos para publicitar os benefícios do socialismo, construindo arranha-céus cada vez mais altos, comboios-bala, novos aeroportos e infindáveis autoestradas. Também utiliza o dinheiro para manter as empresas estatais em funcionamento. Graças à repressão financeira, a parcela da produção nacional que reverte para os cidadãos comuns é a mais baixa de qualquer

país na história moderna. Em chinês, existe um adágio adequado a este aspeto: «O Estado é rico, o povo é pobre.»

O Estado e os seus bancos podem gastar ou emprestar dinheiro com pouca obrigação de prestar contas, esbanjando-o em grande escala e criando uma montanha de dívidas em contínuo crescimento, apesar de esta ser cautelosamente escondida do público. Quão má é a situação? Não sabemos e talvez nunca venhamos a saber, pois nem mesmo os burocratas contratados pelo Estado para escrever os relatórios sobre a dívida cuidadosamente conservados nos arquivos conseguem perceber tudo aquilo que acontece sob a superfície.

Muitos indivíduos são mestres das aparências. A ofuscação existe em todos os níveis da hierarquia, com contratos forjados, clientes falsos, vendas inventadas e fraudes contabilísticas generalizadas. Como poderia ser de outra forma sem separação de poderes e, por conseguinte, sem comunicação social ou auditoria independentes, além da inexistência de representantes eleitos com a obrigação de responder perante o seu eleitorado? Por regra, são lançadas campanhas para combater a corrupção. Tais campanhas começaram assim que o partido chegou ao poder, em 1949, mas, como a corrupção é intrínseca ao sistema, não é possível erradicá-la, apenas mitigá-la temporariamente. Com frequência, a chefia reúne-se para declarar uma emergência, exigindo a interrupção da construção de infraestruturas e ordenando que as empresas travem os seus gastos.

Cerca de um quinto de todos os documentos guardados nos arquivos do partido refere-se à dívida, aos empréstimos para resolver a dívida, à dívida adicional em resultado desses empréstimos e aos empréstimos subseqüentes para resolver o problema de uma dívida ainda maior. Supostamente, o capitalismo é caracterizado por um fenómeno de expansão e quebra («*boom and bust*»), mas a situação na República Popular assemelha-se mais a um fenómeno de expansão com uma quebra continuamente protelada. O partido tem enormes ativos à sua disposição, constando também entre eles as poupanças dos cidadãos comuns e um fluxo estável de investimento estrangeiro. Além disso, tem canalizado somas de dinheiro cada vez

mais avultadas para projetos grandiosos, prestando pouca atenção ao retorno do capital e menos ainda ao crédito malparado. Se a economia crescer mais depressa do que a dívida, esta será absorvida, mas a dívida continua a crescer mais depressa do que a economia. Como Xiang Songzuo, professor de economia na Universidade do Povo em Pequim e antigo vice-diretor do Banco Popular da China, declarou em 2019, «Toda a economia da China assenta basicamente sobre a especulação e tudo está sobrealavancado»<sup>6</sup>.

Em todas as ditaduras, as decisões tomadas pelo chefe têm consequências prodigiosas e indesejadas. A política do filho único foi concebida para restringir o crescimento da população: agora, o número de homens supera em muito o das mulheres, enquanto a população ativa do país vai diminuindo. Muitas das diretivas aplicadas pelo regime têm igualmente resultados inesperados porque em todos os níveis da hierarquia há muitos membros do partido que tentam deflectir, atrasar ou simplesmente ignorar as ordens vindas do topo. Depois de 1978, o governo central transferiu para os governos locais maior poder, esperando que tal os encorajasse a introduzir mais incentivos económicos, mas os governos locais tornaram-se mais protetores dos seus próprios feudos, erguendo barreiras económicas para evitar a concorrência. Em vez de uma economia nacional integrada com várias unidades siderúrgicas de grandes dimensões, todas as aldeias, vilas e cidades quiseram ter a sua própria fábrica de aço, com centenas de fábricas lado a lado numa única província, drenando os limitados recursos do Estado.

Um governo local tem um secretário do partido local: é ele (ou, muito raramente, ela), e não o mercado, quem afeta o capital, e de uma forma concebida para aumentar a sua influência política. Mesmo quando a economia local se começa a afundar, ele sabe que poderá contar com o banco central para o resgatar, pois aquilo que o regime mais receia é a «instabilidade social», ou seja, corridas aos bancos e trabalhadores nas ruas.

A imagem que surge nos arquivos não é a de um partido detentor de uma visão clara de como conduzir o país rumo à prosperidade. A China assemelha-se a um petroleiro que, ao longe, parece

## PREFÁCIO

impressionantemente bem organizado, com o capitão e os seus imediatos numa postura orgulhosa na ponte de comando, enquanto sob o convés os marinheiros tentam em desespero bombear água e remendar buracos para manter o navio a flutuar. Não existe um «grande plano», nenhuma «estratégia secreta», mas, ao invés, muitos acontecimentos inesperados, consequências imprevistas e mudanças de direção abruptas, a par de intermináveis lutas pelo poder nos bastidores. Tudo isto, segundo creio, compõe uma versão mais fiel da história.